

Riscos e Delinquências Juvenis em Contextos de Realojamento

Identities, Images and Expectations of Young People

Dulce Moura *

Resumo: A ‘violência urbana’, associada à ‘delinquência’ e ‘insegurança’, tornou-se um tema recorrente nas discussões actuais sobre a cidade, objecto de colóquios e debates científicos, técnico-profissionais ou políticos. Mas o termo ‘violência urbana’, no discurso dos dias de hoje, continua a ser um conceito impreciso e variável, por vezes até contraditório, segundo a perspectiva das diferentes categorias profissionais ou institucionais que a abordam. A essa ambiguidade e imprecisão semântica e de conteúdo não escapa a violência protagonizada pelos jovens, e se a realidade estatística dá conta da delinquência juvenil, não faz a leitura da mudança da sua configuração, motivações, processos, formas de agir e alvos a atingir, numa abordagem complexa e integrada.

Partindo da discussão actual das políticas públicas que podem ser postas em prática face ao crescimento da ‘violência nas cidades’, da ‘insegurança urbana’, e sobretudo, da ‘delinquência juvenil’, o desafio proposto foi a análise do risco, da violência, e da delinquência juvenis nos bairros de realojamento, reinterpretando os discursos, as práticas e as interações dos jovens, os grupos socialmente informais que integram, as trajectórias que desenvolvem, relacionando-os necessariamente com as instituições escola e família, de forma a analisar as lógicas de produção dos comportamentos ‘violentos’. O objectivo final foi perceber o sentido das políticas públicas capazes de intervir eficazmente nos factores que estão na origem e no desenvolvimento dessas situações.

Palavras-chave: riscos; conflitualidades e delinquências juvenis; discurso e práticas institucionais; estratégias identitárias e expectativas dos jovens; família; escola.

Apresentação, Objectivos e Desafios Metodológicos

Este artigo apresenta uma parte dos resultados do projecto de investigação “Construção de Identidades, Imagens e Expectativas dos Jovens em Contextos de Realojamento”, desenvolvido por uma equipa multidisciplinar do Centro de Estudos Territoriais para a Gebalis – Gabinete de Gestão de Bairros Sociais de Lisboa – entre 2001 e 2003.

O desafio proposto foi a análise do risco, da violência nos bairros de realojamento, reinterpretando os discursos, as práticas e as interações dos jovens, os grupos socialmente informais que

integram e as trajectórias que desenvolvem, na sua relação a escola e a família. A pertinência do projecto fundamentava-se, sobretudo, na necessidade de se estabelecerem estratégias de intervenção e actuação eficazes face à população jovem dos bairros de realojamento, numa discussão sobre políticas públicas capazes de intervirem eficazmente nos factores que estão na origem e no desenvolvimento das situações generalizadas de risco e violência juvenis.

Nesse contexto, dois objectivos gerais foram desenvolvidos ao longo do projecto. O primeiro objectivo remetia para o conhecimento dos factores

* Socióloga, Investigadora do CET. Contacto: m.d.moura@mail.telepac.pt

Este artigo resulta de um Relatório produzido por toda a equipa técnica de investigação: Dulce Moura (Investigadora responsável); Isabel Guerra e Jacques Pain (Consultores), Filomena Gerardo, Filipa Lourenço, Madalena Paiva Gomes, Ana Guerra (Investigadores da área da sociologia, psicologia e pedagogia).

que propiciam o desenvolvimento de situações/comportamentos de risco, ou de marginalidade social, em crianças/jovens, e o sentido que eles atribuem às práticas e alvos da violência dos jovens residentes nos bairros. O segundo objectivo analisava os potenciais factores propiciadores de inclusão social, passíveis de serem accionados por estruturas como a Gebalis, num trabalho continuado com crianças/jovens em situação de risco, marginalidade e/ou delinquência. Este objectivo concretizava-se através de uma análise dos mecanismos e factores indutores de um cenário de inclusão e integração dos jovens, partindo do discurso das instituições, e sobretudo, das propostas de alguns jovens dos bairros.

Realizaram-se entrevistas qualitativas a instituições e a crianças/jovens, entre os 10 e os 19 anos de idade, em situação de insucesso ou abandono escolar, com problemas de violência em família, na escola ou no bairro, e muitas vezes identificados por se encontrarem directamente envolvidos em conflitos locais, ou por integrarem grupos problemáticos dentro e fora do bairro. Foram ainda realizadas entrevistas a alguns dos jovens protagonistas de percursos “positivos” no bairro (ligados ao desporto ou a actividades culturais, como a dança ou a música).

Esta apresentação inicial dos objectivos do projecto permite contextualizar o artigo¹ que a seguir se desenvolve, pois sendo impossível apresentar todos os resultados da investigação, organizaram-se aqui os seus resultados em função de dois momentos:

- a discussão teórica e conceptual dos conceitos “território, violência e juventude” baseada numa recolha bibliográfica aprofundada na fase inicial do projecto; e
- a análise do discurso dos jovens e das instituições sobre o risco e o sentido da violência, com base em entrevistas semidirectivas realizadas tendo em conta três dimensões analíticas: os amigos, a relação com o bairro e as expectativas face ao futuro.

Um enquadramento teórico e conceptual complexo: “território”, “violência” e “juventude”

A ‘violência urbana’, associada à ‘delinquência’ e ‘insegurança’, tornou-se um tema recorrente em colóquios, debates técnico-profissionais, discussões políticas, ou na investigação científica sobre as cidades. Mas o termo de violência urbana continua a ser um conceito impreciso e variável, por vezes até contraditório a que não escapa a violência protagonizada pelos jovens, generalizando-se numa mesma classe etária, situações muito diferenciadas, comportamentos diversos e motivações por vezes opostas. A realidade estatística dá conta, sobretudo nas grandes cidades, do crescimento da delinquência juvenil, mas, de um modo geral, tem mais dificuldades em ler a mudança da sua configuração, motivações, processos, formas de agir ou alvos a atingir. Assim, as discussões sobre os jovens – vítimas ou agentes, de distúrbios ou actos delinquentes – tornam-se indissociáveis de uma abordagem complexa e integrada de uma crise urbana generalizada.

Isto significa também, como sublinha Chamboredon (1966), partir do princípio que a ‘cultura juvenil’ ou ‘adolescente’ tem em si própria ‘subculturas de classe’ com representações muito diversas de si e dos outros: *‘Il est trop claire que le mode d’adhésion à cette vision fataliste et revêuse varie beaucoup d’une classe sociale à l’autre. Si tous les adolescents éprouvent l’incertitude de l’avenir comme sentiment constitutif de l’adolescence, chez les adolescents de certains groupes ce sentiment est redoublé par l’incertitude sur leur condition future, liée au destin de leur groupe social’.*

Pierre Bourdieu (1978) enfatiza esta ideia, sublinhando que *“l’âge est une donnée biologique socialement manipulée et manipulable; et que le fait de parler des jeunes comme d’une unité sociale, d’un groupe constitué, doté d’intérêts communs, et de rapporter ces intérêts à un âge défini biologiquement,*

¹ É possível consultar todo o trabalho realizado no Relatório Final, disponível no Centro de Estudos Territoriais/ISCTE.

Índice: I. Enquadramento teórico e conceptual. 1. Espaços de realojamento, contextos territoriais de habitação social complexos; 2. Violência urbana, emergência sentimentos de insegurança. 3. Uma violência juvenil de sentido e interpretações múltiplas; 4. A ‘visibilidade sociológica’ da juventude; 5. Trajectórias e perfis familiares, controlo parental; 6. Escolaridade ou problematização da escola *versus* comunidade e família. II. Construção de identidades, risco e desvio: o discurso dos jovens e das instituições: 1. As famílias e as situações de risco de crianças e jovens; 2. Os comportamentos desadequados e a resposta da escola: do abandono à violência; 3. Os comportamentos e as situações de risco com crianças e jovens; 4. O bairro e o realojamento; 5. Projectos desenvolvidos nos bairros de realojamento com as crianças/jovens. III. Percursos de risco e desvio e gestão dos bairros.

constitue déjà une manipulation évidente. Il faudrait au moins analyser les différences entre les jeunes (...). Autrement dit, c'est par un abus de langage formidable que l'on peut subsumer sous le même concept des univers sociaux qui n'ont pratiquement rien de commun».

Além deste “uso abusivo” de uma classe etária abrangente, generaliza-se a discussão da violência juvenil associada a certos territórios – os bairros sociais, no centro ou na periferia da cidade – mesmo quando os seus residentes, e nomeadamente os jovens, desenvolvem sociabilidades associadas a diferentes espaços da cidade.

E até mesmo alguns jovens residentes nos bairros sociais, protagonistas de comportamentos de risco ou de marginalidade, e nesse contexto designados de “novos delinquentes urbanos”, desenvolvem sentimentos de insegurança em relação ao seu próprio bairro ou ao resto da cidade. As transformações da sociedade e o impacto da vulnerabilidade individual e social sobre as for-

mas da insegurança e as atitudes face à violência urbana, atinge os protagonistas e as vítimas, papéis que se confundem e se alternam no mesmo indivíduo ao longo do seu percurso de vida, ou até mesmo no seu perfil psicológico (como o jovem que reside num bairro conceituado como “perigoso”, mas que se refugia no bairro com um sentimento de insegurança face ao exterior).

Para além da necessária diferenciação de grupos de pertença sociocultural entre os jovens, interessa desconstruir os laços precipitadamente estabelecidos entre jovens residentes nos bairros e problemáticas associadas à delinquência juvenil, sobre a relação entre bairros sociais, delinquência/violência e juventude, de forma a sublinhar a especificidade de alguns espaços, de alguns grupos, de determinados comportamentos e de perfis diferenciados de jovens.

A gestão equilibrada dos micro-territórios que são os bairros sociais ao nível das práticas de urbanismo (concepção e gestão urbana integrados)



Foto de Dulce Moura, Vale da Amoreira

insere-se nesta problemática de procura de diferenciação e das especificidades das inúmeras formas de mal-estar social destes jovens, sobretudo, num maior envolvimento comunitário no esforço de integração indispensável.

A partir de meados dos anos 90, com o Programa Especial de Realojamento (PER), orientado para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, pretende-se construir em 7 anos fogos de habitação social que erradicasse as barracas ainda existentes². Em 1995, para oferta pública (venda e aluguer) foram construídos³ 103 014 fogos o que perfaz uma média de 7358 fogos/ano. Entre Setembro de 93 e Julho de 95, no âmbito do PER, foram assinados 28 acordos com as autarquias das áreas metropolitanas, prevendo-se o realojamento de 48 400 agregados familiares (15 000 na Área Metropolitana do Porto e 33 400 na Área Metropolitana de Lisboa). Segundo as estimativas da responsabilidade das Câmaras Municipais envolvidas no PER, existiam em 1995 nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, mais de 42 000 barracas, sendo 68% na região de Lisboa e 32% na do Porto, afectando cerca de 160 000 pessoas.

Em finais dos anos 90, nos diversos concelhos metropolitanos de Lisboa e Porto, surgem as evidências deste processo de realojamento, onde é visível a densificação e sobreocupação de alguns territórios por habitação social, concentrando famílias socialmente frágeis, e problemas complexos e difíceis de ‘gerir’: insegurança, solidão urbana, delinquência e exclusão, problemas ao nível da inserção das populações no mercado de trabalho, difícil inserção escolar das crianças e jovens, contínua heterogeneidade cultural resultante de fenómenos migratórios, crise generalizada das estruturas de inserção social (família, escola, associativismo, vizinhança...).

Os bairros de realojamento PER apresentam vantagens imediatas, com oferta de alojamentos a baixos preços a populações carenciadas anteriormente residente em barracas, permitindo o controlo dos custos da produção, e a distribuição de habitações, mas denunciam cada vez mais consequências a médio/longo prazo que colocam profundos desafios aos poderes públicos no domínio da gestão do parque habitacional.

Desde há algumas décadas, a ‘crise das cidades’ tornou-se um discurso cada vez mais associado aos problemas gerados a partir dos bairros sociais, cenários de uma fragmentação social e económica difícil de controlar. Lugares simbólicos da crise, esses bairros passaram a integrar na sua imagem e nos discursos que sobre eles fazem os técnicos, os políticos, ou a imprensa, a ideia de exclusão, marginalidade, violência, guetização. Os bairros de realojamento, desintegrados da malha urbana, fisicamente ou ao nível da sua imagem pública e mediática, protagonizam, no imaginário colectivo, um território de incertezas e de caos social, económico e cultural, e surgem os discursos de ‘gestação de uma cidade dual’, de uma ‘cidade a duas velocidades’.

Nesse contexto, o bairro social tende a tornar-se, ao nível dos discursos e das práticas, um contexto densificado de exclusão e de fragmentações sociais graves: habitação degradada, desemprego, crise económica, marginalização juvenil... O ‘gosto pela casa’ manifestado frequentemente pelas populações realojadas de barracas, contrapõe-se ao repetido ‘desgosto pelo bairro’⁴, atribuído a problemas de vizinhança, insegurança, degradação do espaço público, problemas de acessibilidades ou ausência de equipamentos colectivos de cultura, desporto e lazer.



Foto de Dulce Moura

² Cf. GUERRA, I. *et al.* (2001), “Políticas de Habitação”, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, N.º 3, Lisboa.

³ Construídos ou comprados para habitação social.

⁴ Ver pesquisas dos Centro de Estudos Territoriais (CET) sobre Lisboa, Almada, Loures, etc.

O Observatório da Habitação (1999) vem dar conta das consequências de um referente identitário negativo dos indivíduos por relação ao bairro em que residem: *Assim, o espaço residencial, enquanto centro de vida social, constitui um dos mais fortes referentes identitários. Neste sentido, a percepção e interiorização de uma imagem pública negativa pode levar a processos de rejeição do contexto residencial a qual pode inclusivamente gerar formas de apropriação do espaço que não só reforçam essa negatividade da imagem pública (como por exemplo os actos de vandalismo) como contribuem para gerar dinâmicas de conflitualidade.*

O sentimento dos habitantes em relação ao bairro é muitas vezes contraditório e ambivalente prevalecendo a sensação de que não podem viver fora dele, pois ele é o centro da sua vida social (enraizamento social, laços de vizinhança, agrupamentos familiares), sentimento que vem a par do desenvolvimento de uma apropriação negativa do espaço, ancorada na imagem pública negativa, ‘abandonado’ na cidade, um espaço de conflito e insegurança ao nível da vivência quotidiana ou da significação simbólica.

Mas é importante sublinhar que os bairros de realojamento em grandes conjuntos, muitas vezes geograficamente próximos, simbolicamente fechados, morfologicamente de grandes dimensões, e acessibilidade quase exclusiva para os residentes, embora apresentem um ‘cenário e um décor’ equivalentes, correspondem a entidades espaciais heterogêneas, constituída por territórios físicos e sociais específicos.

Uma visão uniforme de um território, é passível de sistematizar as regularidades, mas esquecer as diferenças. O ‘gosto’ e o ‘desgosto’ pelo bairro, a exclusão e a inclusão social, os sentimentos ambíguos de atracção e repulsão pelo bairro e pelos seus residentes, coexistem e exigem um tratamento qualitativo equivalente. Trata-se de abordar a mudança, planear a intervenção, diagnosticando não apenas o efeito mais regular, o factor predominante ou estatisticamente maioritário.

É possível, numa situação de crise ou de exclusão, fazer uma análise diferenciada dos habitantes e dos bairros, face a uma lógica de segregação. E alguns estudos visam compreender a população do bairro sob um olhar mais complexo ou integrado, não reduzindo sociologicamente toda a população dos bairros a indicadores de dificuldades sociais. Nessa perspectiva, os habitantes não

são apenas o pólo negativo da integração, são também actores da sociedade de consumo, aspiram ao universo das normas e valores de categorias médias.

Mas a discussão da violência urbana passa ainda globalmente por duas dimensões: a discussão da desurbanidade na dificuldade de se viver na cidade uma “urbanidade partilhada” e a determinação de um quadro de vida ou de um meio social precário (desemprego, discriminação...), contexto de uma violência, mas também de insegurança urbana.

Num artigo recente, Isabel Guerra (2001) dá conta da imponderabilidade social da mudança e a relação com a localização espacial. *Hoje acredita-se que é esta complexidade dos processos de desenvolvimento que gera processos contraditórios de integração/exclusão; trabalho e desemprego (ou desocupação); segurança e desprotecção. As transformações envolvem oportunidades e riscos, benefícios e incertezas que atingem diferentemente os vários grupos sociais inseridos nas cidades,* e ainda segundo a autora, o contexto espacial tende a tornar-se um dos factores determinantes de algumas das dimensões da exclusão, a *localização espacial não é indiferente, pois o próprio espaço pode contribuir para aprofundar as dimensões de exclusão social. A segregação social e espacial vem frequentemente em conjunto, e os modos de socialização negativa, de precariedade das condições de vida urbana, aprofundam dimensões da pobreza e de exclusão social.*

O debate sobre a ligação de um determinado ordenamento urbano (elementos espaciais urbanísticos, arquitecturais, técnicos e simbólicos) à organização da ordem social na cidade, capaz de melhorar a ordem pública e criar um espaço seguro, está longe de ser consensual. A discussão faz-se muitas vezes pela ordem pública e por uma política de segurança, pela ideia de “urbanismo seguro”, pressupondo que algumas operações de requalificação capazes de retrair práticas violentas num espaço, eventualmente degradado, ou “mal frequentado”. Métodos diferentes têm sido discutidos em grupos de trabalho sobre urbanismo e segurança (contratos locais de segurança, solidariedade e renovação urbana, hierarquização dos riscos, etc.), e a construção do “espaço seguro” (uma arquitectura de “prevenção situacional”), visa proteger o indivíduo da delinquência e violência urbanas, assim como das incivildades, ou seja, de

comportamentos considerados desadequados e perigosos.

Mas citando ainda Isabel Guerra, a atitude e o acto violento ou o sentimento de insegurança, “*não são fenómenos que decorrem de simples determinismos individuais mas que encontram a sua origem nas transformações da organização social, dos sistemas produtivos, no aumento do desemprego e particularmente do desemprego de longa duração ou nas transformação da família*”.

E falar dos bairros de realojamento, do seu significado territorial e simbólico na cidade, das características da sua população, significa necessariamente equacionar o problema dos jovens. Uma expressão corrente nalguns ensaios franceses, resume a importância deste raciocínio analítico: ‘*le quartier, ce sont les jeunes*’.

O sentido da violência nas cidades mudou, e o aumento da violência, assim como a sua reconfiguração em formas novas, ao nível dos actos e do perfil dos protagonistas, cresce ao mesmo tempo que as normas socialmente legítimas são

cada vez mais fluidas e os diferentes grupos sociais não conseguem definir para os seus próprios comportamentos princípios claros e explícitos. Hoje a violência urbana toma essencialmente a forma de delinquência social, e alguns autores como Mucchielli (2001), desenvolvem teorias de problematização, interrogando sobretudo os fenómenos de violência juvenil:

1. Trata-se, como sublinham os discursos políticos, de um “conflito de culturas”, e a maioria da delinquência juvenil deve-se aos filhos dos imigrantes, incapazes de se integrarem?

2. A violência juvenil deve ser interpretada em termos de “vazio social”, interessando menos a origem dos indivíduos, não se pondo em causa a sua cultura mas, pelo contrário, a sua falta de cultura?

3. Ou contenta-se o analista com uma versão miserabilista do tipo de explicação que surge, por exemplo, quando descreve como potencialmente delinquentes os jovens das famílias atingidas pelo desemprego e pela exclusão?



Foto de Dulce Moura

Mucchielli fala ainda dos tipos de discursos que se assemelham a versões históricas do Ocidente sobre outros mundos. De um lado, é a versão do “bárbaro” (chamam-lhe os “novos bárbaros”) e da sua cultura violenta, do outro, contrasta o autor, é a versão do “bom selvagem” e da ausência de civilização nele. Na verdade é difícil compreender o comportamento de alguns jovens, e para dissimular esta incompreensão desenvolvem-se estereótipos para tentar elaborar um discurso coerente. Isto é, os problemas existem, o desafio está em saber como analisá-los, como perceber as diferentes formas de delinquência entre os jovens, interpretando esta evolução a partir da história da própria urbanização, da sociedade de consumo, da crise industrial, da escolarização, da imigração e do racismo.

O debate público descreve frequentemente a juventude como um grupo “irracional”, com “explosões” de violência gratuita e alguns autores, ao nível científico, desenvolvem o conceito de ‘novas classes perigosas’. Os comportamentos “incivilizados”, motivados por razões essencialmente lúdicas ou de afirmação identitária e não apenas, nem fundamentalmente, de proveito económico, adquirem um sentido e uma expressão difíceis de precisar e de prever, associados muitas vezes a discursos sobre a ‘violência irracional’ ou ‘gratuita’. A “incivilidade” é um conceito desenvolvido a partir de autores como Lagrange e Roché (1993) definido como *actes a priori peu graves en soi – les crachats, les barrages, les attitudes irrespectueuses, les insultes, les menaces – mais difficiles á supportes aux quotidiem. D’autant qu’á mi-chemin entre la violence symbolique et la violence physique, elles ne sont pas réprimées par la loi. Avec le vandalisme et les nuisances sonores qui, eux, sont des delits relevant de la justice, elles sont au coeur du sentiment d’insécurité. Les incivilités ne sont pas une nouveauté: simplement plus nombreuses aujourd’hui, dit-on, elles sont surtout moins tolérées.*

Uma diversidade de serviços, instituições e actores, têm tentado definir o que são violências, ameaças ou medidas aceitáveis para restabelecer a ordem. As próprias categorias estatísticas são demasiado complexas para medir as novas formas de violência urbana protagonizadas por jovens, muitas vezes situações provisórias, fluidas, não generalizáveis. Alguns serviços e estudos, sobre-



Foto de Dulce Moura

tudo em França, têm inclusive, através de instrumentos operacionais, hierarquizado os bairros segundo a gravidade do fenómeno da violência urbana nesse território e as suas implicações sociais. Nesse sentido construíram-se⁵ escalas de avaliação das violências urbanas, desde actos sem conotação anticonstitucional, cometidos em grupo (roubos ‘por esticão’, vandalismo, lutas) até ao assassinato, ou distinguindo violências físicas, verbais, directas (agressão física, injúrias, assédio sexual) de violências não-físicas, não verbais, indirectas (discriminação, mutismo).

Torna-se assim essencial proceder a uma discussão do tipo de violência urbana que se está a tratar, pois nesse conceito cabe uma panóplia de formas heterogéneas. O fim da década de 90 vem tornar visível alguma especificidade dessa ‘violência’ que remete mais uma vez para o objecto do presente estudo: os jovens residentes em bairros sociais. Muitos autores procuram caracterizar os seus actos, descrevendo regularmente uma criminalidade pouco organizada, sem grandes exigências técnicas ou até muita perícia ou agilidade; a frequente sucessão de actos de violência, alter-

⁵ Section ‘Ville et banlieue’ do Renseignements Généraux (RG).

nada com momentos de apatia ou indiferença; o alastramento dos fenómenos de violência pela cidade ou o facto dos actores da violência urbana serem cada vez mais jovens, com baixas qualificações escolares, multiplicando-se os grupos de menores de 15/16 anos.

Nos últimos anos, os jovens adquiriram ‘visibilidade sociológica’, o que deu lugar a numerosos estudos, mas a ‘questão da juventude’ começa a colocar-se de uma forma cada vez mais problemática, assumindo o estatuto de uma nova questão social, quando relacionada com as transformações económicas, sociais e políticas das sociedades contemporâneas. Isto é, a discussão tende a recentrar-se na problemática da prevenção, da inserção e da qualificação destes jovens.

Laville (1994) parte da seguinte hipótese central que nos interessa sublinhar: (...) *il n’ existe pas de question de la jeunesse dans le période de mutations contemporaines; il existe par contre une nouvelle question sociale, résultant de la crise de l’integration sociale par l’emploi, dont une fraction de la jeunesse est la première à pâtir (...)*

O “tempo de juventude” surge, cada vez mais, como um período de fragilidade de estatutos, de precarização do trabalho, de desemprego e desvalorização dos diplomas ou inflação dos títulos escolares, contribuindo qualquer um desses fenómenos para a deterioração das condições socioeconómicas dos jovens.

São múltiplos os factores que poderão condicionar o percurso individual da criança/jovem e marcá-lo por situações de exclusão: socializações familiares anómicas, carências económicas, famílias demasiado numerosas para os recursos económicos disponíveis, violência doméstica, inserções profissionais precárias dos pais, qualificações escolares e profissionais baixas. Outros condicionantes podem jogar na definição de perfis de jovens excluídos, como a ausência ou apagamento da figura paterna, a vivência em bairros degradados ou segregados, a ausência de estruturas relativamente sólidas de apoio, um percurso de insucesso escolar, ou ainda a experiência de vida na rua, de onde decorrem partilhas de solidariedades pertencentes a um “submundo” marginalizado e estigmatizado.

A delinquência juvenil, muitas vezes associada aos problemas dos bairros sociais, torna-se um fenómeno eminentemente colectivo. Os jovens perpetuam o seu estatuto durante muitos anos, pois a

dependência económica, a ausência de habilitações ou o abandono precoce da escola, torna-os protagonistas de uma longa inactividade, desenvolvendo uma cultura de rua e uma vivência em grupo. E é a transgressão que funciona como fenómeno de socialização e de integração no grupo, sejam ‘grupos de jovens’, ‘bandos de colegas’, ‘organizações na fronteira da criminalidade’, ‘gangs’, que são recorrentemente formas de ‘sociabilidade juvenil’, sem organização, sem estrutura hierárquica ou sinais identificadores.

François Dubet (1987) define esta ‘galera’ como uma experiência quotidiana de pequena delinquência vivida pelos jovens nos bairros. A ‘galera’ é definida pelo autor como grupos de jovens dos 16 aos 25 anos, de carácter fluído, de relações frágeis, desenvolvendo sobretudo a pequena delinquência (que não é o centro da sua actividade), afastados da escola, sem emprego nem qualificações, com uma ‘raiva’ latente que se manifesta por vezes em actos de grande violência, ou num simples deambular em grupo, desenvolvendo uma ‘cultura de rua’.

O que caracteriza a ‘galera’, é uma experiência quotidiana de pequena delinquência vivida pelos jovens nos bairros, assim como a imprevisibilidade e incoerência nos seus comportamentos sociais violentos, eles integram-se em grupos informais, sem hierarquia nem denominação, grupos que podem ser estáveis ou voláteis, entre os quais os jovens circulam ao longo do tempo. Trata-se de uma forma de socialização gregária juvenil, ou simplesmente bandos de amigos, que deambulam pelo bairro ou fora dele e se reúnem ao pé dos prédios, nas escadas, na escola.

J.-Y. Trépos (1995) propõe mesmo uma tipologia de incivildades, de forma a sistematizar alguns comportamentos desviantes mais recorrentes, que vai desde as agressões contra a civilidade, que perturbam o quotidiano do bairro, desrespeito pelo funcionamento normal e regras comuns, que pode desde barulho, atitudes desrespeituosas, até à violência física contra pessoas (lutas ou assaltos) ou contra bens (destruição de caixas do correio, rádios, degradação do espaço público). E no desenvolvimento da geografia da violência autores como Lepoutre (1997) ou Bordet (1998) mais ligados à etnologia, definem os territórios da cidade onde se produzem de forma mais frequente os conflitos e agressões protagonizados por menores, como as ruas desertas, a proximidade da escola, zonas de



Foto de Dulce Moura

‘no man’s land’ fora do bairro, casas devolutas, os lugares de fronteira como a estação, os espaços intersticiais da cidade, ou alguns espaços eleitos para terrenos de observação privilegiada como os centros comerciais ou as zonas de entrada dos prédios, onde a violência frequentemente se resume a agressões verbais, provocações, ou actos de vandalismo dispersos.

A socialização dos jovens assim como uma ausência de integração, estão ainda directamente relacionados com a ruptura com as instituições, com a autoridade exercida pelos pais, ou pela escola, que deixam cada vez mais de desempenhar um papel de controlo ou coerção, e a violência pode ainda ser analisada segundo duas perspectivas diferentes: uma manifestação de crise, desvio ou desorganização social, ou uma forma de integração

no grupo ou na sociedade, e reflectindo o mutismo do indivíduo e a dissolução da sua identidade no grupo.

Estes foram alguns dos eixos problemáticos que enformaram a pesquisa, articulados com as trajectórias e perfis familiares, a escolaridade e a problematização da escola *versus* comunidade/família. Contudo, nesta discussão teórica e conceptual necessariamente abrangente (indagação de ideias, reflexões e debates), interessa sobretudo, chamar a atenção para o reforço de um novo objecto de análise, relacionado cada vez menos com a “questão da idade”, ou simplesmente com a “questão do local onde o jovem reside”, mas com a discussão de um conjunto de problemáticas articuladas e associadas que colocam um determinado grupo de jovens num processo de exclusão

múltiplo e contínuo. Nesta linha de análise, é sobretudo a existência de uma situação social problemática de dependência e privação, de desintegração social, complexa e sistémica, que confere o estatuto de determinada condição social a alguns jovens.

O trabalho empírico, base fundamental do projecto de investigação, vem dar conta dessa situação que obriga, cada vez mais, a uma discussão multidisciplinar e integrada, na compreensão das dinâmicas da violência urbana protagonizada por determinados jovens ou grupos de jovens. A análise fundamental desses comportamentos (seja pela incivilidade, delinquência ou até criminalidade), não se faz exclusiva, nem essencialmente, a partir da idade do jovem, do seu espaço residencial, ou sequer pela sua integração e trajectória familiar e escolar, mas fundamentalmente pela discussão de todos esses factores numa análise crítica e multifacetada, e por relação, numa intervenção operacional conjunta face aos riscos expostos. Acresce a necessidade de integrar cada vez mais na discussão científica, o discurso dos próprios jovens, assim como na intervenção, a integração dos seus comportamentos mais activos e dinâmicos.

O Discurso dos Jovens: o risco, o sentido da violência, o grupo de amigos e o bairro

O projecto de investigação em análise partiu de um território comum, os bairros de realojamento em Lisboa, onde desde há um tempo relativamente recente muitos jovens reiniciaram o seu percurso residencial, escolar e societal (relações de amizade e de vizinhança).

As considerações sobre o bairro atravessam os discursos dos jovens, mas não é frequente nas entrevistas realizadas falarem das instituições que nele estão ancoradas ou que sobre ele exercem a sua acção. No entanto, a intervenção face a situações problemáticas com crianças e jovens não é uma novidade para as instituições instaladas nos bairros sociais e para outras instituições que, de uma forma ou de outra, são chamadas a colaborar na resolução dos problemas que se vão colocando.

A própria diversidade de instituições que trabalham com crianças e jovens com percursos de risco, permite desde logo, perceber a multiplicidade

de constrangimentos e problemas, assim como as diferentes estratégias experimentadas (mobilizações, recursos, aspirações, projectos, acções).

Os factores de risco

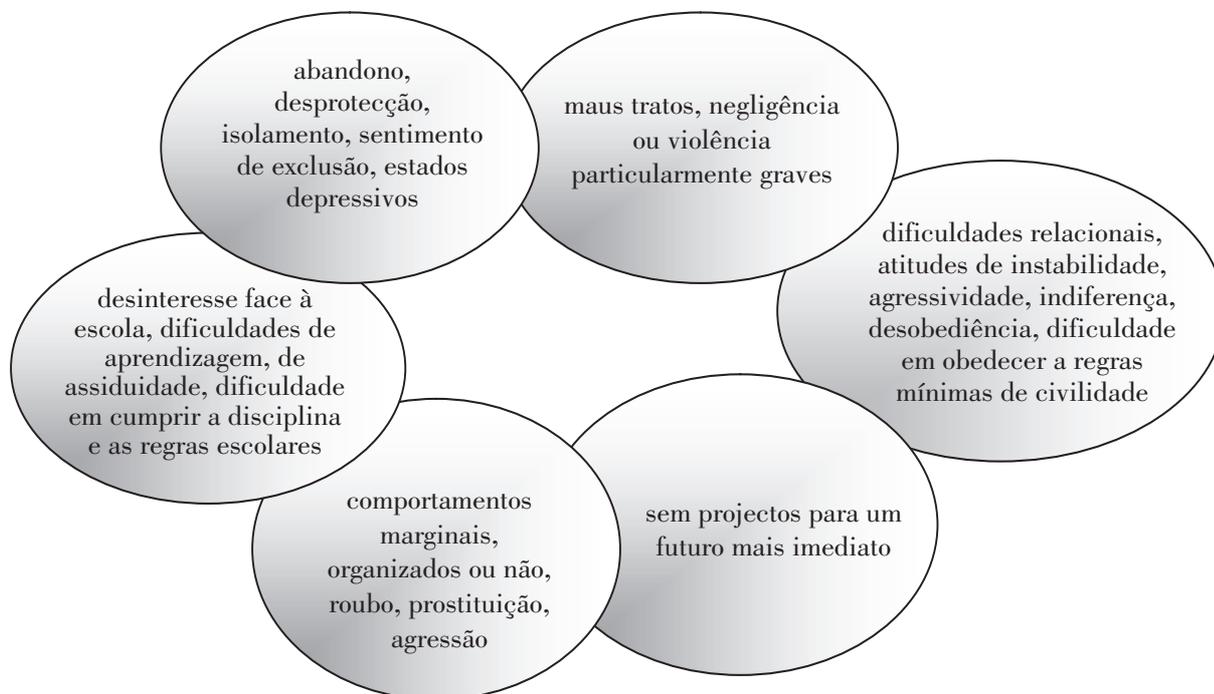
No contexto de bairros de realojamento recentes, sobressaem um conjunto de situações de risco a que estão expostas as crianças e jovens e que as vulnerabilizam ao longo do seu desenvolvimento, e frequentemente se elabora uma classificação dos factores de resistência ao risco: na infância (laços afectivos, temperamento, capacidade de reflexão, etc.), na família (boa relação com um dos pais, disciplina, apoio escolar, etc.) ou na comunidade (apoios institucionais, condições de habitabilidade, actividades desportivas e de lazer, etc.).

E embora exista uma avaliação global dos riscos que atravessam o percurso da criança ou do jovem, assim como dos espaços e dos momentos mais graves (as instituições reconhecem que muitas vezes os casos de alguns jovens são “sinalizados” desde muito cedo), as instituições dificilmente conseguem sistematizar o que consideram efectivamente como risco, ou factores-chave por onde deveria passar a intervenção, o que significa que há uma diferença entre o reconhecimento dos problemas e a efectiva intervenção sobre o problema, mesmo tratando-se de crianças e menores.

Uma das principais conclusões da análise dos discursos dos jovens e das instituições, refere-se à perda de sentido, ou pelo menos da função reguladora, das instituições tradicionais de inserção, nomeadamente da família e da escola. No discurso dos jovens parece frequentemente que estes vivem sós, tal é a ausência de regras e de referenciais que emergem quando se fala na família ou na sua relação com a escola. Isto não significa a inexistência de laços afectivos com a família, pois eles existem e a família continua a ser uma âncora de referência onde muitas vezes o próprio jovem tem um papel fundamental. O que é necessário compreender é que no contexto dos jovens entrevistados, essa instância de socialização parece estar cada vez mais desligada de factores fundamentais para a construção identitária e inserção social harmoniosa: a segurança e o referencial de regras de vida em comum.

Ao longo das entrevistas foi possível sistematizar os factores de risco mais assinalados:

Fig. 1 – Factores de risco



Eu, pessoalmente, tenho tido uma atitude que já tem sido criticada por algumas pessoas, e é como eu costumo dizer eu não sei a melhor maneira de agir. Para mim segundo o que li e o que tenho visto ser feito noutras partes, os miúdos têm de ser protegidos contra esta violência. Se eu não consigo falar com o pai falo com o miúdo. E muitas vezes digo ao miúdo ‘Tu não nasceste para leares pancada. Tu tens que dizer ao teu pai...’ Porque para eles é normal levar pancada, é normal. Aparecem-me aqui com nódoas negras. Portanto, isto é muito complicado, eu também me questiono se posso pôr a criança perante este problema. Portanto, isto é um problema que a gente tem, se somos nós, a escola, que fazemos andar as coisas, muitas vezes recorremos às assistentes sociais (...) e elas intervêm de facto. Só que continuamos a ter aqui os miúdos a serem maltratados.

(Ent. Professora da Escola 1.º ciclo)

Três problemáticas relacionadas com as famílias são identificadas nas entrevistas como podendo provocar situações de deficiente acolhimento às crianças e jovens e podendo ter efeitos de grande instabilidade no equilíbrio psíquico, estabili-

dade emocional, segurança e inserção local e social das crianças e dos jovens.

– Estabilidade e formas de composição familiar (a inexistência de uma imagem parental estável, com a presença de grande número de famílias monoparentais e frequentes acasalamentos das progenitoras – famílias recompostas matricêntricas e o facto de que uma percentagem significativa das crianças e jovens viver, ou ter vivido muito tempo com outros parentes e sem os progenitores directos, gerando grande instabilidade e descontinuidade relacional e emocional);

– Organização e equilíbrio familiar (os casos mais problemáticos referem a toxicoddependência dos pais, problemas de alcoolismo, doença, por vezes psíquica, mental ou física, violência doméstica que pode ser psicológica, associada a factos como abandono, esquecimento de questões relacionadas com a alimentação, cuidados de higiene ou acompanhamento na escola);

– Condições de trabalho e de vida (questões relacionadas com o ritmo de trabalho mas também com os baixos rendimentos deste, problemas económicos e de insegurança no vínculo laboral,

horários pouco compatíveis com a guarda e acompanhamento das crianças, obrigando a situações frequentes de abandono, mas também de sobrecarga dos filhos mais velhos a quem poderá competir substituir a responsabilidade e parte significativa do trabalho doméstico).

Os impactes de perturbações familiares nas trajetórias das crianças e jovens, mais referenciados pelas instituições entrevistadas como potenciais factores de risco, são:

- situações de abandono, desprotecção, com uma baixa auto-estima, estados depressivos resultado de algum isolamento e sentimentos de exclusão;
- maus tratos, vítimas de violência ou negligência particularmente graves (agressões sexuais, violências ou negligências graves);
- absentismo e abandono escolar, problemas de comportamento, delitos menores.

Alguns autores como Pedro Strecht (2003) sublinham a necessidade da promoção do papel parental, vinculando o jovem à família através de uma definição segura dos papéis: *...adultos que mesmo tendo declaradamente capacidade de cuidar dos seus, continuam a utilizá-los como alvo projectivo das suas próprias disfunções psico-sociais. É que capacidade de cuidar é diferente de capacidade de gostar. Um pai ou uma mãe até pode gostar do seu filho, mas por doença psíquica, por exemplo, não se conseguir organizar para cuidar dele. Grande parte da condescendência que mantemos para um enorme grupo destes adultos implica uma factura (...) que vai ser paga pelos mais novos.*

...temos casos, em que uma mãe nos pede que tenhamos lá a filha, porque tem medo de deixar a filha sozinha com o avô. Temos casos de jovens que sabemos que com doze anos se prostituem no Casal dos Machados. Temos casos de jovens que assistem a filmes pornográficos com os pais, e enquanto o pai está a ver o filme, o jovem vai comprar a droga para o pai. Temos jovens que nos dizem que faltaram às aulas, porque tiveram de ir comprar o produto para os pais. Temos estes casos todos, e eles todos estão inseridos nas escolas. Há casos em que nem nós, nem as escolas conseguimos contactar os pais. Há todo um leque de situações.

(Ent. Associação Comunitária)

Estas famílias “demissionárias”, são muitas vezes “clientes dos serviços sociais”, detendo já uma fraca imagem de si próprias e das suas capacidades de acção sobre o jovem, tendo desistido de assumir qualquer papel parental, e usando de forma aleatória indiferença, ou a repressão e o castigo. Frequentemente, face à indiferença dos pais, o papel de “autoridade emergente” é assumido por um dos jovens da família que se torna fonte de autoridade, com responsabilidades perante os irmãos e a casa. Jacques Pain (2003) define este conceito de “autoridade emergente” quando os jovens são chamados a tornarem-se figuras de autoridade, seja de forma espontânea, seja como resposta a uma proposta.

Temos 3 alunos que são 3 irmãos aqui da escola, que o pai e a mãe são drogados. São os meninos que vão às 3 da manhã – o pai telefona do Colombo a dizer ao menino mais velho (e já foi o menino mais novo também – para o ir buscar ao Colombo, porque ele estava de tal maneira drogado que não se endireitava, não era capaz de ir sozinho para casa. A mãe, também estava de tal maneira drogada que não podia ir. E a criança, com 7 anos, foi a pé, levantou-se e foi a pé ao Colombo buscar o pai. Isto é constantemente, constantemente.”

(Ent. Professora do Escola 1º ciclo)

Os pais frequentemente ausentes, quer ao nível físico, quer emocional, representam a impossibilidade dos jovens se identificarem com padrões parentais de referência, crescendo confrontados, como refere ainda Pedro Strecht (2003) *com padrões extremos da escala da relação afectiva: ou ausência, ou a presença de qualidade distorcida que aumentam a sua necessidade de organização defensiva por denegação ou idealização.*

Vivo com o meu pai, mãe, um irmão de 19 anos, e tenho uma irmã casada a viver no Bairro Padre Cruz e um irmão a trabalhar na Irlanda do Norte (...). A minha mãe e o meu pai discutem, e eu é que tenho de estar a levar com aquilo, discutem à noite, mais vale a minha mãe trabalhar à noite. Eu tenho de ficar lá, às vezes querem andar à porrada, eu agarro o meu pai, (ele bebe), a minha mãe também se passa e eu tenho de estar lá. O meu pai já bebe desde os 12, eu queria que eles se separassem, eu ficava com a minha mãe, eles trabalham os dois

juntos(...). À noite quando eu chego é que começa, quase todos os dias. O meu pai tem muita força mas eu não me importo, prefiro apanhar eu. Eles estão bem só de manhã. (...) Às vezes vamos passear todos e eu gosto, o R. (irmão) quase nunca vai, vou só eu, se eu não for ainda discutem. (...) Antes quero que o meu pai morra. Estou farto, às vezes queria ter já 20 e tal anos, falta tanto.”

(Ent. rapaz, 14 anos, frequenta 6º ano)

A escola, similarmente, foi perdendo o referencial de integração pois o tipo de disciplina exigida, e a estrutura curricular parece ir diluindo a capacidade de atracção entre os jovens. Mesmo assim, os professores (alguns) e a dinâmica da escola são referenciais que emergem positivamente no discurso dos jovens com alguma frequência. O que ressalta das entrevistas, é que a partir de um determinado momento a escola “não encaixa” num modo de vida, no ritmo de deitar e de levantar, na galera, etc. (A imagem na escola no contexto de um modo de vida seria aliás um tema importante para desenvolver futuramente.)

Encontramos duas grandes consequências desta dificuldade em encontrar o sentido regulador nas duas principais instâncias de socialização precoce. Em primeiro lugar, o sentimento de enorme solidão que encontramos nos discursos destes jovens, sobretudo quando se referem ao seu futuro imediato, enquanto a segunda consequência é a transferência para os amigos do bairro de grande parte da segurança de vida.

Eu acho que as escolas têm mau ambiente. Eu acho que se continuar ali eu vou mesmo estragar a minha vida. Agora não sei 'tô mesmo na dúvida se continuo. (...) Na escola há problemas. O grupo do meu irmão ia-nos lá buscar à escola. Depois o director da escola não gostava e mandava chamar a polícia. (...) Houve outra rapariga a quem eu e a A. batemos e ela teve de ir para o hospital. Chamaram-nos ao Conselho Executivo e a A. foi expulsa e eu não. Não tinham provas contra mim, ela 'tava sempre a falar mal da rapariga e eu não. 'Tava lá ao pé mas não dizia nada. (...) Também há problemas de racismo. Em relação aos africanos só e são os brancos.

(Ent. rapariga, 15 anos, frequenta 6º ano)



Foto de Dulce Moura

Os amigos e o bairro

Muitos jovens confrontam activamente a sua identidade pessoal e uma relação simultaneamente autónoma e dependente relativamente aos amigos, considerados como facilitadores de superação activa de dificuldades na sua vida (partilha de percepções, emoções e comportamentos), mas também modo de complicar a sua vida; isto é, reconhecem a sua deficiente capacidade de autonomia e elevada vulnerabilidade face à influência exercida pelos amigos.

A organização da vida quotidiana está marcada por estas alianças, fortes, securizantes, divertidas e aventureiras. O grupo dos seus pares compensam, em larga medida, as formas de socialização desestruturadas por via da família e da escola, ou pelo menos, não se confrontam com outras normas e valores transmitidos pelos adultos.

Algumas problemáticas são identificadas nos discursos dos jovens como podendo conter diferentes relações de amizade, quanto à sua forma e conteúdo, com efeitos e riscos diferenciados nos percursos individuais dos jovens: os amigos que o divertem e com os quais se diverte e os que o envolvem ou com os quais se envolve em problemas.

Mas talvez um traço interessante que nos traz a pesquisa diz respeito ao facto da segurança e afiliação trazida pelo grupo de pares não ser total. Os jovens têm noção que nem sempre o grupo funciona a seu favor, e que são pressionados a ter comportamentos que nem sempre desejariam e que os orientam num percurso de onde pressentem as dificuldades.

Ao longo do discurso, os amigos preenchem-lhe a sensação de vazio, mas também acentuam o risco no seu percurso, pelo incitamento ou envolvimento em situações negativas

Eu desejo ter sempre esses amigos, mas também queria ter mais. Como é que seriam esses que não tenho? Divertidos e que me levassem para outros caminhos porque eu 'tôu neste caminho e acho que 'tôu mesmo mal. Se uma faz, as outras todas fazem e eu acho que elas não podem ficar mal e tenho que fazer também. O grupo da escola, esse é mesmo mal. Se houvesse ao menos um que dissesse – não vás, acho que não ia. Logo via as consequências (...). Eu gostava de mudar de bairro leva-

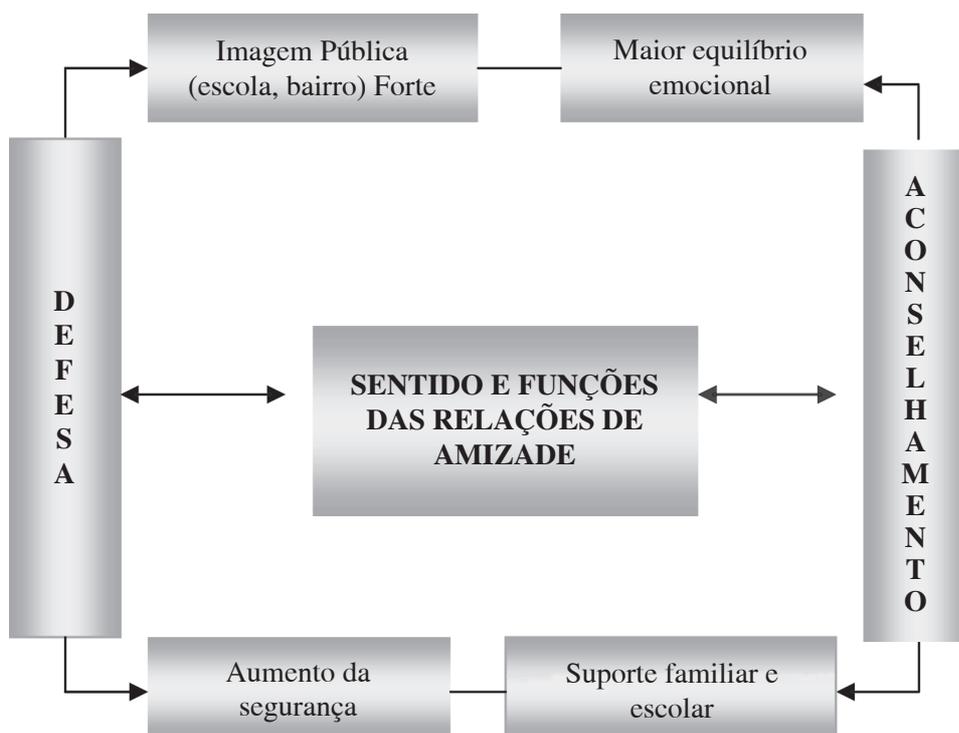
va amigos que eu acho que deveria levar e levava um pouco de amigos que eu não conheço e que me levassem para o caminho certo.

(Ent. rapariga, 15 anos, frequenta 6º ano)

Os jovens procuram essencialmente duas funções nos amigos que escolhem: protecção e aconselhamento. É em função do impacto destes dois factores no percurso do jovem, ele atribui maior força e importância a determinados amigos, definindo no seu discurso sentimentos de proximidade ou rejeição. O esquema seguinte permite dar conta do sentido e funções das relações de amizade:

A amizade como factor de defesa/protecção, responde a duas exigências do jovem: a protecção dos outros e de si próprio, funcionando como interiorização da sua própria imagem – protecção, poder, rede forte de relações –, assim como o reforço da sua imagem no bairro e na escola (as suas redes de suporte emocional, a visibilidade nos espaços de sociabilidade).

Fig. 2 – Sentido e funções das relações de amizade



Um amigo ajuda em cenas em que um gajo está metido. Uma pessoa pode meter-se em sarilhos, eles chegam lá e ajudam. Uma pessoa mete-se em problemas com outros, vai chamar o bairro e depois acontece. É porrada, há pouco tempo houve aí, na quarta-feira, chamaram nomes a um do meu bairro, fomos lá à escola. Foram uns 20 aqui do bairro. Os outros metem-se connosco e a gente vai lá.

(Ent. rapaz, 12 anos, frequenta 5º ano)

Por seu lado, os amigos são definidos frequentemente como um apoio íntimo, alguém com quem podem falar, expressar as suas vulnerabilidades psicológicas, as suas perdas, os medos e os riscos.

Agora 'tou-me a lembrar, agora vínhamos a caminho daqui e a N. disse que a mãe dela era muito chata e ela tá sempre a responder mal à mãe e eu disse-lhe que foi ela que nos criou (...). E ela compreendeu, agora quando for para casa, vai falar com ela. Mas eles fazem o mesmo comigo, também me dão bons conselhos.

(Ent. rapariga, 15 anos, frequenta 6º ano)

A generalidade dos comportamentos de furto e agressões revelados pelos entrevistados, ocorrem quando estão com amigos, revelando sobretudo uma fraca ou inexistente organização das práticas ou uma previsão das atitudes que acabam por tomar, justificando a sua espontaneidade pelo temperamento que possuem, como se se tratasse de uma conquista de autonomia no plano social, um esforço de se definir como personalidade. Esses comportamentos desviantes não exigem ainda nenhuma preparação técnica ou complexidade de engenho pessoal (pequeno furto, insulto, agressão física a colegas, etc.) e ocorrem indiferenciadamente no bairro, nas suas proximidades ou na escola, associados muitas vezes no discurso dos jovens a “divertimentos” de grupo.

Em grupo, eu tento acalmar as coisas, mas se vejo que não dá, se os outros provocarem... Porrada, roubos. (Já participaste nalgum roubo?) Não. (Nem no supermercado?) Ah, aí já, claro, não tem nada a ver! (E o que se passava com os roubos da mota da Telepizza?) Oh, íamos dar uma volta ao bairro, achávamos piada, escondíamos a mota.

(Ent. rapaz, 16 anos, desistiu da escola)

Os actores institucionais enumeram as situações, comportamentos e práticas de risco protagonizados por estas crianças/jovens do bairro, numa escala ascendente de gravidade, segundo factores como a idade, o abandono escolar ou a prática desses actos em grupo, associados também a diferentes momentos do percurso de vida de alguns jovens:

– vandalismo, provocações, disputas, lutas corporais, destruição de objectos públicos ou privados, etc.;

– roubos, individuais ou em grupo geralmente motivados por expectativas de consumo, roubam e consomem artigos de marca que ostentam como símbolo de ascensão social e importância simbólica no bairro ou na escola, podem roubar a colegas e pessoas conhecidas ou em desconhecidos, lojas, estendais, etc.;

– agressões com utilização ou ostentação de instrumentos de agressão, frequentemente navilhas, como símbolo de poder e de passagem para um determinado estatuto no bairro, no grupo e até na escola.

...Começa por ser um furtozeço de um rádio de um carro, mas depois vai evoluindo para formas mais graves de crime contra a propriedade, e de tal forma que já há também crime contra as pessoas para obter objectos, aí torna-se um bocado perigoso.

(Ent. Técnico de Instituição Central de Justiça)

Também os jovens descrevem os seus comportamentos de risco e é possível distinguir diferentes graus de envolvimento dos jovens.

Nós andamos a roubar, a “juntar” carros e assim. Já tive algumas chatices com a polícia, metemo-nos com eles e eles vieram atrás de nós, apanharam-nos e meteram-nos dentro do carro. Bateram-nos, mas se a gente está a gozar... se fosse polícia fazia o mesmo (...). Gostava de ser polícia para dar porrada. Para ser polícia também já não dá. Gosto como os gajos actuam.

(Ent. rapaz, 19 anos, não frequenta a escola)

Nunca tive assim um problema com um grupo, mas se eu tivesse, eu acho que eu ia com eles. Eu acho que era a primeira a ir. Eu não gosto de dar razão aos outros. Primeiro andamos à porrada, depois é que falamos. Eu acho que outros grupos não são assim. Eu acho que somos mesmo maus. Eu sou má, eu digo logo, eu sou má. Eu acho que é os nervos. Eu bato e depois é que me arrependo.

(Ent. rapariga, 15 anos, frequenta 6º ano)

Os chamados “grupos de amigos”, são reconhecidos no discurso dos jovens por não possuírem qualquer rigidez formal, hierárquica, agregando-se pelo facto de viverem no mesmo bairro, próximos, e andarem na mesma escola, e demarcamos “dos outros” grupos mais organizados, geralmente associados a práticas ilícitas e delinquentes, ou a consumos e grupos organizados.

De um modo geral, é negada a presença de gangs organizados ou grupos formais de jovens dos bairros. Apesar do reconhecimento de um grande número de jovens que se desloca dentro e fora do bairro, em grupo, e que protagonizam distúrbios ou outras práticas delinquentes, contribuindo ainda para uma determinada imagem negativa do bairro, ou para o crescimento do sentimento de insegurança nas ruas, não concluem sobre a existência de gangs de jovens nos bairros de realojamento.

Sendo bairros de realojamento recente, os entrevistados institucionais consideram existir melhores condições habitacionais, mas ressaltam o isolamento nos prédios, a desocupação das crianças e jovens a ausência de equipamentos ou espaços informais de convívio ou desporto. Nesse contexto, o estar entre um grupo na rua, não significa necessariamente que seja um gang organizado, com fins económicos muito precisos.

Na rua juntam-se em grupos com os amigos e colegas e são esses grupinhos, por vezes, que fazem distúrbios... sabem à partida como chatear os polícias (...). Não existem líderes formais, existem indivíduos nos grupos que, pelas suas características, tomam a liderança e é aceite... Não há gangs organizados (...) são nomeados pela experiência, já tiveram situações com polícias... já cometeram determinado delito e saíram-se bem... ganham algum ascendente perante os outros.

(Ent. Instituição Local de Segurança)

Um outro grupo de entrevistados pertencente a instituições avança na observação dos grupos e denuncia uma forma de organização capaz de os definir como um sistema estruturado de interações e práticas de lazer, mas também de vandalismo e delinquência.

Também os jovens entrevistados percorrem esta dicotomia nos seus discursos, distinguindo geralmente o seu próprio grupo de amigos, de outros grupos de bairro através de variáveis que definem diferentes modos de vida: idades mais avançadas (jovens adultos); diferente inserção do percurso escolar ou da instituição escolar (não vão à escola para estudar ou para estar, namorar, jogar); associação a condutas politoxicómanas de consumo ou tráfico (droga, álcool, etc.); práticas de actividades delinquentes mais graves (assaltos, distúrbios no bairro utilizando a força ou armas, etc.) ou problemas frequentes com a polícia.

Não tem nada a ver com as pinturas. É mais com os problemas. Eles pensam que são mais bons, armam-se em bons e... Não há rivalidades, quer dizer, um pouco. Nada de grave, aqueles que são melhores que são eles, a nós chamam-nos os putos do bairro, a eles que se armam em bons, pensam que são os melhores e mandar no bairro. Têm a mania (...). São grupos ligados a droga, assaltos e outros problemas tantos... alguns pintam graffiti. São mais velhos. Mas não tem nada a ver uma coisa com a outra, eu dou-me bem com eles mas não me drogo. É assim, eles são simpáticos comigo, eu não vou ver a parte que eles se drogam. Vejo-os como eles são... a maneira deles serem. Mas cada vez que eles fazem porcaria, eu afasto-me para não ter problemas para o meu lado. Mas não são gangs, quer dizer, eles não fazem assaltos nem violência, mas pronto, aquilo é tipo gangs porque há... entre droga, nos Olivais passam muita, depois aquilo tá tudo cheio, é mesmo, para encontrar droga é muito fácil. Eu tou cá há 5 meses e já sei tudo...

(Ent. rapaz, 14 anos, este ano não frequenta a escola)

O bairro (imagem e vivências) contribui tal como os amigos e a família, como um elemento importante para a estruturação identitária do jovem, na medida em que constituem o “quadro de interação que influencia o seu território de reconhecimento, assim como os processos de comuni-

cação, a orientação e organização da sua acção, quer no que diz respeito aos aspectos positivos (relação com os outros, amigos, protecção fora do bairro), quer aos aspectos negativos, ou de risco (conflito, identificação com uma imagem de violência e exclusão).

O percurso residencial dos jovens entrevistados no bairro de realojamento onde residem, não se alonga a mais de 5 ou 6 anos. Mas esse período correspondeu não só a uma reorganização do seu quotidiano familiar (passagem da barraca para uma casa, despesas, conquista de alguma privacidade, etc.) como atravessou uma fase fundamental do seu crescimento, a passagem da infância para a puberdade ou para a adolescência.

De forma sintética, e de acordo com os resultados da análise tipológica, o discurso dos jovens vem sublinhar três posicionamentos distintos face ao realojamento, a mudança residencial, tendo em conta a importância e a valorização da casa, as representações presentes sobre o bairro e as representações passadas do bairro de barracas.

Num primeiro posicionamento encontra-se o discurso de jovens que de um modo geral estão satisfeitos com a mudança residencial, sobretudo pela localização do bairro na cidade e pelo gosto pela casa, na conquista de melhores condições de vida e de um espaço privado, o quarto. Um outro posicionamento diz sobretudo respeito à memória associada ao bairro de barracas, desvalorizando o bairro actual no que diz respeito à segurança, às redes de sociabilidades (os amigos, os vizinhos) e ao novo modo de vida (menos vida colectiva, espaços de lazer, etc.). Este posicionamento integra ainda a noção da má imagem do bairro no conjunto da cidade.

Um terceiro posicionamento, que integra a maior parte dos discursos dos jovens entrevistados, oscila entre:

– um ‘saudosismo’ do bairro anterior, associado a uma infância perdida, a memórias de sociabilidades e solidariedades que não cabem no contexto dos novos bairros, onde as pessoas vivem em prédios altos, com contactos ainda recentes; e

– um sentimento de pertença ao bairro actual, onde construíram a sua identidade jovem, a relação com os amigos, rompendo com a imagem estigmatizante do bairro através de comparações fortes com outros bairros “ainda mais inseguros, mais conflituosos”, ou afirmando que o bairro ago-

ra “está mais calmo” (apreciação orientada positivamente para o gosto do bairro).

Os do Casal dos Machados são diferentes, as coisas que eles fazem, andam a roubar no Vasco da Gama, sempre a roubar. Bairros maus em Chelas é a Zona M, está pior que a Zona J que tem muita fama, há lá combates de pitbulls até á morte, com apostas. A Pontinha, fui lá a casa de um amigo meu, e é pior, e a Damaia, pior que qualquer um destes, passei por lá e até me queriam roubar.

(Ent. rapaz, 14 anos, frequenta 5º ano)

Reflexão Final

A intervenção com os jovens não pode deixar de considerar a especificidade deste enraizamento social, cultural e habitacional. A análise do risco, da marginalidade e delinquência entre os jovens, apresenta globalmente, a necessidade de uma resposta multidimensional, face à diversidade das problemáticas que se colocam, quer no plano psicológico, quer no sector do emprego, formação e desenvolvimento social (prevenção do abandono escolar e situações de risco associado), e a eficácia e impactos da intervenção dependem, em grande medida, da atenção a estas medidas.

Esta reflexão, aparentemente consensual, tem encontrado obstáculos, sobretudo ao nível da organização para a intervenção. A complexidade de uma intervenção com o grupo jovem, exige a opção de modelos de gestão estratégica, assentes numa permanente retroacção entre o desenvolvimento de quatro linhas de orientação: psicossocial, escolar, lúdico e familiar.

Mas a dimensão essencial de intervenção, que se salienta na análise das entrevistas, é a “desafiliação”, isto é a perda de sentido das instituições tradicionais de inserção social e uma dessolidarização crescente, que tornam o jovem cada vez mais só na procura de soluções para o seu próprio destino.

Teríamos desse modo duas grandes finalidades do trabalho de gestão sócio-urbanística dos bairros: o desenvolvimento integrado gerando oportunidades que favorecem a inserção laboral, educativa, cultural e social e o reforço dos laços sociais que permitam uma melhor inserção dos jovens e das suas famílias no bairro, na cidade e na sociedade.

Muitos apelam a uma intervenção no domínio da prevenção e inserção precoce de jovens em situação de risco ou com experiência de comportamentos desviantes ou delinquentes. A abordagem motivacional aos jovens é difícil de planear, já que o verdadeiro estímulo resulta da relação entre os técnicos, os jovens e a atractividade e interesse das acções. Mas essa constatação não significa actuar sem objectivos claros, metas/etapas a ultrapassar e resultados finais a alcançar. Exige uma equipa capaz de lidar com a diversidade de personalidades e culturas, com grande amplitude de capacidades técnicas e flexibilidade mental para se relacionar com o ambíguo, com as atitudes de relutância e desconfiança dos jovens.

Dar a palavra aos jovens na definição e implementação de projectos de bairro é um dos desafios fundamentais da intervenção, favorecendo a to-

mada de palavra pelo jovem, assim como a expressão e reconhecimento das suas próprias limitações e potencialidades individuais e de relação.

Neste contexto, os jovens tornam-se parceiros na intervenção, com actividades específicas, em que participam ou que protagonizam, sugerindo estratégias e perspectivas de actuação e apresentando recomendações, com base em objectivos comuns e transversais ao conjunto dos parceiros. E sobretudo, desenvolve-se um modelo de intervenção de encorajamento onde os jovens se confrontam activamente com a sua identidade pessoal e social, com a sua relação com as instituições, com os pais, com os adultos, numa intervenção fortemente associada à necessidade de assegurar condições de acesso à cidadania, à inserção social e económica, agindo antecipadamente sobre o conjunto de factores que determinam as situações da sua exclusão.



Referências Bibliográficas

BORDET, Joelle (1998), *Les jeunes de la cité*, Paris, PUF.

CHAMBOREDON, J.-C. (1966) 'La société française et sa jeunesse', 155-175 in *darras, La partage des bénéfiques. Expansion et inégalités en France*, Paris Ed. Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1978), *Entretien avec Anne-Marie Métaillé*, paru dans *Les jeunes et le premier emploi*, Paris, Association des Ages. Repris in *Questions de sociologie*, Éditions de Minuit, 1984. Ed. 1992 pp. 143-154.

DUBET, François (1987), *La Galère: jeunes en survie*, Paris, Librairie Arthème Fayard, Coll. Mouvements 4.

GUERRA, I. (2001), "Intervenções face à exclusão social urbana", in *Rev. Cidades.Comunidades e Territórios*, n.º 2, Junho de 2001, Lisboa, Ed. Centro Estudos Territoriais (CET).

LAGRANGE Hugues, ROCHE Sébastien (1993), *L'insécurité: histoire et régulation*, rapport, IHESI, janvier.

LAVILLE, Jean-Louis, dir. (1994), *L'économie solidaire. Une perspective internationale*, Paris, Desclée de Brouwer.

LEPOUTRE, Didier (1997) *Coeur de banlieu, codes, rites et langages*, Odile Jacob, 1997.

MUCCHIELLI, Laurent (2001), *Violences et Insécurité (Fantasmes et réalités dans le débat français)*, Paris, Éditions La Découverte.

STRECHT, Pedro (2003), *À Margem do Amor (Notas sobre a Delinquência Juvenil)*, Coleção "Pelas bandas da psicanálise", Lisboa, Assírio & Alvim.

TRÉPOS, J.-Y. (1995) *Incivilités qualifiées et équipements civilitaires*, in M. Segaud (dir.), *Espaces de Vie Espaces d'Architecture, Recherches*, n.º 64, Paris, PCA-Ministère du Logement.